

A menos de um mês de suas férias, os parlamentares ainda não votaram o Emendão, a política salarial e a lei de diretrizes e bases da educação.

Congresso tem 25 dias para votar 32 vetos

Faltando 25 dias úteis para o início de suas férias de fim-de-ano, os deputados e senadores terão que votar, até 15 de dezembro, 32 vetos presidenciais com prazos de tramitação já esgotados, incluindo os da política salarial em vigor. As apreciações de alguns vetos estão atrasadas há mais de um ano. Esses atrasos ocorrem porque a Constituição fixou prazo para a apreciação dos vetos, mas não estabeleceu penalidades caso ele não seja cumprido.

A apreciação dos vetos tem prioridade sobre a votação de projetos. Por isso, os setores contrários não terão dificuldades em obstruir a tramitação de sete importantes projetos que estão em pauta: imposto sobre grandes fortunas; lei de diretrizes orçamentárias; lei de diretrizes e bases da educação nacional; Emendão, desmembrado em cinco projetos; reforma tributária e ajuste fiscal.

Dos 32 vetos presidenciais em pauta, os principais são os relativos ao projeto de política salarial, destacando-se o que pretendia reindexar os salários. A oposição tentará derrubar amanhã dois vetos que não conseguiu rejeitar na semana passada. O Congresso deve votar ainda 24 projetos de lei sobre créditos suplementares para vários Ministérios e órgãos federais no orçamento deste ano, que somam mais de Cr\$ 5 trilhões.

Câmara e Senado

A Câmara dos Deputados deverá votar amanhã o projeto substitutivo à Lei Rouanet, que permite às empresas deduzirem do imposto de renda até 40% das doações e 30% dos patrocínios culturais. As pessoas físicas poderiam abater até 80% das doações e 30% dos patrocínios. Outro pro-

A falta de quórum tem impedido a apreciação de muitos vetos. Algumas votações já estão atrasadas há mais de um ano.



jeto importante é o da política salarial para os servidores civis e militares da União, com reajustes entre 15% e 92% em novembro.

No Senado, deverá ser votado amanhã o projeto que aumenta para 88% a insenção do imposto de importações para as indústrias sediadas na Zona Franca de Manaus. Também amanhã, a Comissão de Educação apreciará o projeto que define critérios para outorga e renovação da concessão de emissoras de rádio e televisão. Já a

Comissão de Assuntos Econômicos votará a nova composição do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

O processo que culminou com a cassação do mandato do deputado Jabes Rabelo levou um grupo de parlamentares a questionar a omissão do Congresso em rela-

ção a temas de relevância nacional. "Se nos empenhássemos todos os dias, como no caso Jabes, certamente a pauta de votação não estaria lotada de projetos importantíssimos", lamenta o vice-líder do PMDB, deputado Ubiratan Aguiar.

Da mesma forma, o deputado Mendonça Neto (PDT-AL) critica o Congresso. "A Câmara pensa que lavou sua honra cassando o Jabes. Mas não tem vergonha de enfrentar a opinião pública por não ter conseguido garantir uma política salarial porque o quórum estava baixo", observa Mendonça. Ele lembra que na sessão secreta que decidiu pela perda do mandato de Jabes, quarta-feira passada, 466 dos 503 parlamentares estavam presentes.

Nas manhã do mesmo dia, en-

tretanto, somente 400 deputados participaram da votação dos vetos presidenciais à política salarial. Os vetos foram mantidos, porque faltaram apenas 15 votos da oposição. "No dia seguinte também não houve quórum. Os anjos que cassaram o pecador estavam em casa dormindo", ironiza o parlamentar.

Essa preocupação também é partilhada por parlamentares de diversas correntes ideológicas, como Delfim Netto (PDS-SP), Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) e os líderes do PDT, Vivaldo Barbosa, e do PC do B, Haroldo Lima. "É nossa obrigação zelar pela Casa e deliberar sobre as faltas cometidas por seus integrantes, mas estamos nos afastando muito dos problemas nacionais", reconhece Barbosa.